

## Educação não é "barra de ouro" de troca: Servidores protestam em frente ao MEC



O ato dessa terça-feira, 29, de nossa Jornada de Lutas ocorreu na porta do Ministério da Educação (MEC) às 11h. Houve protesto e manifestação com placas de vendedor de ouro, notas de dinheiro e barras de ouro fictícias fazendo alusão ao caso e cobrando avanço na apuração das denúncias sobre propinas cobradas por pastores para que municípios tivessem acesso à verba do FNDE.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, pediu para deixar o cargo após vir à tona um suposto favorecimento de pastores na distribuição de verbas do ministério. Ribeiro é o 4º ministro do MEC de Bolsonaro a deixar o cargo.

A suspeita é de que foi criada uma estrutura paralela pelo ministro que era controlada por lobistas evangélicos. É preciso averiguar se o presidente da República obteve algum tipo de beneficiamento, financeiro ou político, do esquema.

O Ministério da Educação virou um ambiente corrompido nesse atual governo. Para a Condsef/Fenadsef, um governo onde a educação é tratada como moeda de troca é um governo sem futuro. Não podemos e não vamos permitir esse descaso.

Mais do que nunca, defender a educação e serviços públicos de qualidade é defender o Brasil.

**Vigília pelos 19,99% emergenci-**

**al continua**

Paralelo ao ato em frente ao MEC, servidores continuam com a vigília diária e permanente em frente ao Ministério da Economia.

A categoria segue cobrando do governo resposta e atendimento da pauta apresentada ainda em janeiro que cobra uma reposição salarial emergencial de 19,99% a todo funcionalismo público.

Em função da lei eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os prazos para concessão de reajuste são limitados. Se não houver avanço no orçamento 2022, servidores só poderão voltar a ter reajuste a partir de 2024.

Só não virá a reposição se o governo não quiser! Nossa resistência, pressão e nossa luta é que vão ditar o tamanho de nossa vitória!

Não podemos mais suportar a falta de diálogo, conviver com o aumento da inflação, a falta de investimentos no setor público, o congelamento e o arrocho salarial imposto por esse governo. Seguiremos firmes e em luta até sermos atendidos.

Fonte: Condsef





## Servidores do MTE decidem suspender paralisação

Os trabalhadores do Ministério do Trabalho, resolveram hoje, 30, encerrar a paralisação de 24h, que teve como foco, pressionar o Governo Federal a conceder a reposição emergencial de 19,99% para os servidores públicos federais.

Na manhã de hoje, o Sindsep/MA realizou uma reunião com a Assessoria Jurídica e a

categoria, para que dúvidas fossem tiradas com relação ao movimento paredista, para que assim, os trabalhadores pudessem ter propriedade dos seus direitos e deveres.

Após a reunião a categoria resolveu por fim à paralisação, com o indicativo de uma nova assembleia datada para o próximo

dia 01 de abril, com a data e hora a serem confirmadas.



## Mudança de regime da previdência dos servidores trará prejuízos, alerta Condsef

O governo de Jair Bolsonaro (PL) quer que os servidores públicos federais troquem o regime de aposentadoria atual por um fundo de previdência complementar, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp), para diminuir o valor que os trabalhadores e trabalhadoras terão direito a receber ao encerrarem suas carreiras.

Para convencer a categoria, o governo quer abrir um novo prazo de adesão e ressalta que quem aderir ao Funpresp terá um desconto menor de contribuição da previdência na folha de pagamento.

O que o governo não diz é que ao aderir ao fundo, o servidor será

impedido de se aposentar com um valor maior do que o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), hoje em R\$ 7.087,22. Para ter um ganho maior, ele precisaria pagar a Funpresp e o valor a mais na aposentadoria dependeria de quanto ele contribuiu.

O alvo do governo são os trabalhadores que ingressaram no serviço público federal até 2013. É que a partir desse ano todos os novos concursados já ingressaram no novo regime, que prevê aposentadoria pelo teto do INSS e complementação pela Funpresp.

Para os representantes da categoria, a troca do regime de aposenta-

doria do servidor público federal é um retrocesso nos direitos, já que eles sempre pagaram para ter direito de se aposentar com o salário integral, independentemente se ultrapassasse ou não o teto do INSS.

“O servidor já paga a mais pelo direito de se aposentar com valor maior. Não é caridade do governo. Nós já pagamos por isso durante anos”, diz Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-Geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (Condsef).

Matéria completa em [www.condsef.org.br/](http://www.condsef.org.br/)